

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE JURÍDICA E ÉTICA

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Isabela Dumont Rosado
Carine Silva Diniz
Joyce Ferreira De Souza
Habib Ribeiro David
Stace Liz Carneiro
William Julio Ferreira
Cristiane Gaspari

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O Complexo Penitenciário Público-Privado de Ribeirão das Neves é uma parceria inovadora entre os setores público e privado na gestão de unidades prisionais, respaldada pela legislação que autoriza a celebração de convênios dessa natureza, como preconizado na Lei nº 11.079/2004, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de parcerias público-privadas. Localizado na região de Ribeirão das Neves, o CPPP visa garantir segurança, custódia e reinserção social dos detentos. Essa colaboração representa um compromisso conjunto em encontrar soluções eficazes para os desafios do sistema carcerário.

Objetivo

O texto tem como objetivo analisar a viabilidade jurídica das Parcerias Público-Privadas (PPPs) no sistema prisional brasileiro, com foco no exemplo do Complexo Penal de Ribeirão das Neves em Minas Gerais. Ele explora o ambiente legal, os desafios associados à exclusão de serviços de poder de polícia e as implicações éticas e de direitos humanos na implementação de PPPs no sistema prisional.

Material e Métodos

A metodologia usada para produzir o resumo expandido sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) no sistema prisional brasileiro. A metodologia envolveu duas etapas principais: a pesquisa sobre o tema, incluindo a revisão de leis relevantes, como a Lei Federal nº 11.079/2004 e a Lei Estadual n. 14.868 de Minas Gerais e a análise do caso do Complexo Penal de Ribeirão das Neves em Minas Gerais, um exemplo notável de PPP no sistema prisional.

Resultados e Discussão

O CPPP produz melhorias na segurança, condições de vida e redução da reincidência, evidenciando a eficácia da abordagem colaborativa na gestão prisional. Destaca-se a importância das parcerias público-privadas para superar desafios no sistema carcerário. Além disso, enfatiza-se a necessidade de reabilitar e reintegrar detentos à sociedade, não apenas punindo. Os resultados do CPPP destacam o compromisso de melhorar e humanizar o sistema carcerário.

Conclusão

Os resultados do Complexo Penal de Ribeirão das Neves evidenciam os benefícios das Parcerias Público-Privadas na gestão prisional, com melhorias na segurança, condições dos detentos e redução da reincidência. Apesar de desafios legais e éticos, destacam-se a importância das PPPs na superação dos problemas do sistema carcerário e na reintegração social, contribuindo para soluções mais eficazes e justas.

Referências

Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2013. (Revogada pela Lei Estadual nº 22.606, de 2017).

FIGUEIREDO, Marcele Barbosa; BOTELHO, Arlete de Freitas. A relevância da construção do PPP: seus tópicos e sua flexibilidade na prática profissional. Revista Eletrônica da Graduação/Pós-Graduação em Educação UFG/REJ, Goiás, v. 14, n. 2, 2018.

<https://www.gpapp.com.br/>